



**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DAS IRREGULARIDADES FISCAIS E
TRIBUTÁRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

ATA Nº 13/2017

Aos vinte dias do mês de setembro do ano dois mil e dezessete, às quinze horas e quarenta minutos no Plenarinho Deputado Nelito Camara da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul reuniram-se, sob a presidência do primeiro, os membros titulares desta CPI-IFT Deputados PAULO CORREA e FLAVIO KAYATT do Bloco Parlamentar I, EDUARDO ROCHA e Dr. PAULO SIUFI do Bloco Parlamentar II e PEDRO KEMP do PT. Dando início aos trabalhos o Senhor Presidente Deputado PAULO CORREA, após saudar a todos, solicitou ao Deputado PEDRO KEMP que fizesse a leitura da Ata Nº 12 da reunião realizada dia treze de setembro passado, a qual foi aprovada sem restrição. Com relação aos expedientes, o Senhor Presidente Deputado PAULO CORREA comunicou que nesse período foi expedido o OF. CPI-IFT Nº 034/2017 de 19 de outubro de 2017, convidando o Exmº Senhor Secretário de Estado da Fazenda Dr. Marcio Campos Monteiro para prestar depoimento perante esta Comissão, e destacou agradecendo que o mesmo recebeu pessoalmente o Ofício e se dispôs de pronto a estar aqui neste momento. E foi recebido da FERREIRA & ALVES ADVOCACIA um comunicado informando *“que não foi possível a conclusão do levantamento interno, em relação à unidade de Coxim, motivo pelo qual reitera as informações já prestadas, ou seja, segundo consta do Anexo 21 do Termo de Colaboração, não houve cumprimento no que tange ao TARE 1.103/2016”*. Ato contínuo o Senhor Presidente anunciou a oitava do Senhor Secretário de Fazenda. Antes porém, o Deputado Dr. PAULO SIUFI fez questão de deixar consignado a forma como o Senhor Presidente Deputado PAULO CORREA conduziu este processo, pois ele queria uma coisa mais célere, achando que já era de conhecimento público que a JBS não tinha cumprido nada do prometido nos TAREs, mas a experiência de outras CPIs deram o discernimento para que as etapas fossem cumpridas e que se chegasse aqui com os fatos confessados. Passando a oitava propriamente dita, sua íntegra consta das Notas Taquigráficas, parte integrante do Processo nº 160/17 desta Comissão Parlamentar de Inquérito das Irregularidades Fiscais e Tributárias do Estado de Mato Grosso do Sul.

OITIVA (ÍNTegra NAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS)

Encerrada a oitava o Senhor Presidente Deputado PAULO CORREA abriu espaço para apresentação de requerimentos, tendo ele mesmo apresentado o primeiro, para que seja oficiado à J&F INVESTIMENTOS requisitando informações no prazo de cinco dias sobre, se houve ou não: a) suspensão de suas atividades na cidade de Presidente Epitácio – SP, com sua transferência para a cidade de Naviraí – MS; b) remanejo do abate e desossa de Maringá – PR para Naviraí – MS, como contrapartida do TARE nº 1028/2014. Observado pelo Deputado Dr. PAULO SIUFI que o TARE nº 862/2013 é o que contém o compromisso desse investimento, o Senhor Presidente Deputado PAULO CORREA determinou à assessoria que procedesse a adequação na redação do Requerimento; o segundo, para que seja oficiado à J&F INVESTIMENTOS requisitando informações no prazo de cinco dias sobre, se houve ou não a ampliação da unidade de abate e desossa de Naviraí, nos termos do compromisso assumido no TARE 657/2011. Colocados em votação, os dois Requerimentos foram aprovados. Um terceiro Requerimento solicita que seja determinado ao Advogado Luiz Henrique Volpe Camargo que adote em nome da CPI-IFT providências judiciais cabíveis e necessárias para assegurar o futuro ressarcimento ao Estado de Mato Grosso do Sul pelo descumprimento, por parte das empresas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

MATO GROSSO DO SUL

Palácio Guaicurus

Avenida Desembargador José Nunes da Cunha

Jardim Veraneio • Parque dos Poderes • Bloco 09

Campo Grande/MS • CEP: 79031-901

Tel.: (67) 3389.6565 • CNPJ: 03.979.390/0001-81

www.al.ms.leg.br

do Grupo JBS, do TARE nº 1103/2016. Requerimento este sobrestado pelo Deputado Dr. PAULO SIUFI e que agora foi aprovado. Por fim também foi aprovado um Requerimento para que seja oficiado aos Cartórios de Registro de Imóveis das cidades de Campo Grande, Naviraí, Coxim, Nova Andradina, Ponta Porã, Anastácio e Cassilandia, solicitando cópias de todas as matrículas de imóveis que estejam registrados em nome da J&F INVESTIMENTOS S.A. nos seus respectivos CNPJs. Antes de encerrar, o Senhor Presidente Deputado PAULO CORREA pediu que, na reunião preliminar a ser realizada no gabinete do Deputado EDUARDO ROCHA, fossem definidos os nomes de tres pessoas a serem ouvidas, com o que discordou o Deputado EDUARDO ROCHA argumentando que já temos elementos suficientes para que o Deputado FLAVIO KAYATT elabore seu relatório e já pudéssemos nos habilitar ao ressarcimento, uma vez que os outros Estados também prejudicados também farão isso. Já o Deputado Dr. PAULO SIUFI concluiu que seria de bom alvitre que as pessoas também pudessem ter essa oportunidade de vir expor suas opiniões, ficando acordado que a assessoria irá oficial aleatoriamente a três pessoas e elas por escrito ou pessoalmente se apresentarem a esta CPI-IFT. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e mandado lavrar esta Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Deputado **PAULO CORRÊA**
Presidente

Deputado **EDUARDO ROCHA**
Vice Presidente

Deputado **FLAVIO KAYATT**
Relator

Deputado **Dr. PAULO SIUFI**

Deputado **PEDRO KEMP**



ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DIRETORIA GERAL LEGISLATIVA

DEPARTAMENTO DE REVISÃO E TAQUIGRAFIA

ATA Nº 11
DE MS

CPI DAS IRREGULARIDADES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS DO GOVERNO
REALIZADA EM 20/09/2017

AL- 4

O SR. PRESIDENTE (Paulo Corrêa) - Quero conceder a palavra inicialmente ao nosso Secretário de Estado de Fazenda, o Deputado Federal Márcio Monteiro, para que ele pudesse fazer as suas considerações iniciais.

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Primeiramente quero cumprimentar o Senhor Presidente, Deputado Paulo Corrêa, Deputado Flávio Kayatt, Relator dessa Comissão, Deputado Eduardo Rocha, Deputado Doutor Paulo Siufi, Deputado Pedro Kemp e a todos os presentes e os telespectadores da TV Assembleia. Primeiro dizer que para mim é um prazer, é uma oportunidade para que nós possamos trazer à luz as informações que eventualmente não puderam ser disponibilizadas. Até mesmo porque dentro de todos esses fatos, eles foram sempre acobertados por uma nuvem que nós não sabíamos ou não tínhamos a dimensão da grandeza dela, porque a cada dia nós nos surpreendemos com fatos novos provocados por toda essa situação, e como já relatou aqui o Deputado Doutor Paulo Siufi, no primeiro momento criando uma situação extremamente delicada e constrangedora, mas que ao mesmo tempo ela passa também, agora, a dar oportunidade para que os fatos sejam colocados de acordo com o outro lado dessa moeda. E eu quero parabenizar a Assembleia Legislativa, a essa Comissão, até mesmo porque já tive a oportunidade de estar aqui nessa Casa e sei da lisura, da competência, da seriedade que os deputados conduzem essas ações, portanto, me coloco aqui à disposição daquilo que tiver ao meu alcance, ao meu conhecimento, nós podemos estar contribuindo para esse trabalho e aqueles que, eventualmente, nós não tivermos no momento, nos comprometemos aqui a todo momento e a qualquer hora estar encaminhando ou trazendo novamente a essa Casa. Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Corrêa) - Gostaria de saber se tem algum Deputado querendo fazer alguma consideração.

O SR. EDUARDO ROCHA - Bom, primeiro cumprimentar a todos, cumprimentar o Secretário Márcio Monteiro e agradecer, porque Vossa Excelência poderia ter escolhido ser ouvido lá na Secretaria ou em outro lugar mais não, preferiu vir nessa Comissão. Então, a gente fica contente por ver o espírito público de Vossa Excelência e eu acredito que Vossa Excelência possa esclarecer ou até nos dar mais informação que a CPI precise para que nós possamos ficar mais habilitados, e aí sim buscar aquilo de direito que Mato Grosso do Sul tem com a JBS, naquilo que ela não cumpriu nos termos de acordo. Só isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Corrêa) - Consulto se o Deputado Relator Flávio Kayatt tem alguma consideração a fazer? Consulto o Deputado Pedro Kemp sobre... Efetivamente é o primeiro inscrito para fazer perguntas, Deputado Pedro Kemp, com a palavra.

O SR. PEDRO KEMP - Boa tarde, Deputado e Secretário Márcio Monteiro. Também gostaria de registrar a disposição de Vossa Excelência de se fazer presente nesta CPI, primeiro porque prestigia os trabalhos da CPI dos Parlamentares que compõem esta comissão, e segundo, porque a presença de Vossa Excelência foi considerada extremamente importante para elucidar uma série de questões que foram levantadas e aventadas em alguns trabalhos que essa CPI já realizou. Eu gostaria de



ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DIRETORIA GERAL LEGISLATIVA
DEPARTAMENTO DE REVISÃO E TAQUIGRAFIA
ATA Nº 11
DE MS

AL- 5

CPI DAS IRREGULARIDADES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS DO GOVERNO
REALIZADA EM 20/09/2017

fazer alguns questionamentos à Vossa Excelência, e eu iniciaria pela denúncia que foi apresentada pelos diretores da JBS que foi, inclusive, objeto de uma delação premiada junto à Procuradoria Geral da República, delação essa que hoje já se encontra numa outra perspectiva, até porque os delatores, por tudo que foi divulgado pela imprensa nacional, parece que omitiram muitas informações e, também, num vídeo que vazou, talvez por descuido deles, deixaram claro que estavam de uma certa forma querendo os benefícios da lei, até no sentido de evitar uma possível prisão e responder pelos crimes que cometeram. Mas, de uma certa forma, delatando e denunciando autoridades da República e pessoas nos estados também, enfim. Conforme disse o Procurador Geral da República e também manifestações de vários ministros do Supremo Tribunal Federal, aquilo que já foi produzido de provas em função daquela delação, continua valendo e é obrigação do poder público de apurar essas denúncias. No caso específico do Mato Grosso do Sul, os delatores denunciaram que aqui no Mato Grosso do Sul a JBS firmou uma série de compromissos com o Estado em troca de benefícios fiscais, ou seja, a empresa veio para o Mato Grosso do Sul, recebeu incentivos fiscais e segundo os delatores, em troca desses incentivos, fizeram o pagamento de propina paga por meio de notas fiscais sem contrapartida em bens ou serviços, em outras palavras, pagamento de notas frias, isso na gestão do Governador atual, Reinaldo Azambuja, gestão em que Vossa Excelência responde pela pasta da Fazenda e, nesta denúncia, no anexo 21, apresenta uma relação de notas fiscais que foram pagas no valor de doze milhões e novecentos mil reais, pagas ao Buriti Comércio de Carnes, quinze milhões e quatrocentos e noventa e sete mil reais, pagas à diversos fornecedores, como Elvino Rodrigues, Rubens Massahiro Matsu da Agropecuária Duas Irmãs, José Roberto Teixeira, Mitro Rodrigues Pereira, Zelito Alves Ribeiro, Osvane Aparecido Ramos, Francisco Carlos Freire de Oliveira, Nélson Cintra Ribeiro e Márcio Campos Monteiro. Ainda nessa denúncia, os delatores afirmaram que pagaram ao atual Governador Reinaldo Azambuja, propina em dinheiro, em espécie, no valor de dez milhões de reais. Então, o primeiro questionamento que eu faço à Vossa Excelência, é justamente sobre essa denúncia que foi feita, que é objeto desta CPI, objeto principal de investigação desta CPI. Vossa Excelência tem conhecimento do pagamento de notas sem a devida contrapartida de bens e serviços realizados? E o que Vossa Excelência tem a dizer sobre o pagamento de propina ao seu Governador, no valor de dez milhões de reais? A terceira questão que eu gostaria de colocar, é com relação a denúncia envolvendo Vossa Excelência, os delatores disseram que pagaram a nota fria nº 43.681, no dia 19 de dezembro de 2016, no valor de trezentos e trinta e três mil e duzentos e vinte e três reais e oitenta centavos, o que o Senhor tem a dizer sobre essa denúncia que foi feita como possível pagamento de uma nota fria, ou seja, sem a contrapartida dos bens e serviços? Em quarto lugar eu gostaria de dizer, Secretário, que esta CPI já está há sessenta dias, pouco mais de sessenta dias, realizando um trabalho exaustivo de análise de toda a documentação que foi enviada pela Secretaria de Fazenda e, também, pela empresa JBS, naquilo que eles enviaram, e essa CPI já conseguiu identificar uma série de inconsistências nos dados que foram apurados referentes as notas fiscais, e chegou a conclusão que, por exemplo, a empresa utilizou em sua contabilidade mais de uma vez, por exemplo, uma nota fiscal. Outra questão importante, é que a empresa não cumpriu com os compromissos firmados com o Estado de Mato Grosso do Sul, que seria a sua contrapartida do recebimento dos incentivos fiscais que foram concedidos, ou seja, o Estado de Mato Grosso do Sul concedeu milhões de reais em incentivos fiscais



à empresa, porém, ela não cumpriu com os compromissos firmados em termos de investimentos, investimentos físicos na infraestrutura, maquinário, capacidade de abate e na geração de empregos, que é a contrapartida social. As perguntas que nós temos a fazer à Vossa Excelência em relação a isso, é que constatado isso, pergunto: Primeiro- Como era feita a fiscalização das empresas beneficiadas por incentivos fiscais aqui no Mato Grosso do Sul, antes dessa denuncia vir à tona? Segundo- Como era a relação do Estado de Mato Grosso do Sul com a JBS, uma empresa que é a maior do mundo em produção de proteína animal, uma empresa importante, que tem várias unidades espalhadas aqui no Mato Grosso do Sul, que recebeu importantes incentivos, um montante bastante significativo, como era a relação do Estado de Mato Grosso do Sul com essa empresa? Terceiro- Se o Estado já tinha constatado irregularidades e o não cumprimento de compromissos assumidos pela empresa, isso antes da denúncia vir à tona? Quarto- Quais as medidas que a Secretaria de Fazenda vem adotando para impedir que estes fatos venham ocorrer novamente, em termos de fiscalização das empresas beneficiadas com incentivos fiscais? Quinto- Quais as medidas que a Secretaria de Estado de Fazenda vem adotando em relação à JBS, em função do que já foi apurado de irregularidades cometidas pela empresa aqui no Estado. E por último, hoje chegou aqui o último documento da empresa, uma vez que essa CPI agendou visitas nas várias unidades frigoríficas aqui do Estado e sempre à véspera de cada visita da CPI, a empresa encaminha um documento afirmando que não cumpriu com os compromissos. Hoje chegou o último, portanto fechou em relação a todas as unidades instaladas no Mato Grosso do Sul, portanto, ela é ré confessa, ela confessou que não cumpriu com os compromissos, dessa forma, a última questão que eu colocaria à Vossa Excelência é por quê o Estado mantém até hoje os benefícios concedidos a esta empresa, que pelo visto, aplicou um golpe, se beneficiou de incentivos, se beneficiou muito da política que é necessária ao Mato Grosso do Sul, uma política importante, hoje foi motivo de debate numa reunião que nós tivemos com o Governador, se não fosse essa política o Estado não teria empresas, gerado empregos que gerou, mas uma empresa que, pelo visto, se beneficiou e muito dessa política mas não deu a contrapartida devida ao Estado de Mato Grosso do Sul? Então, porque que o Estado mantém esses privilégios que esta empresa conseguiu aqui no Estado? São essas as questões que eu gostaria de fazer à Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Corrêa) - Com a palavra, o ilustre Secretário de Fazenda, Deputado Márcio Monteiro, depois das treze perguntas do Deputado Pedro Kemp, o Senhor pode responder.

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Bom, eu quero deixar primeiro registrado, Senhores Deputados, especialmente ao Deputado Pedro Kemp, que talvez por uma falta de interpretação, uma falha na interpretação, eu tinha entendido que a minha presença aqui seria como Secretário, mas também não impede que eu responda as questões de ordem pessoal. Com relação a questão do Governador, o Senhor me perguntou eu não creio que eu seja a pessoa mais própria para estar respondendo com relação a isso. O que eu tenho a dizer e que tenho conhecimento disso, é que a JBS doou realmente para a campanha do Governador, dez milhões e meio de reais, se eu não me engano, isso devidamente contabilizado na declaração do Governador, isso eu estou dizendo pelas informações que eu tenho e pelas informações de ordem partidária. Mais do que isso, até mesmo em se tratando da fala de quem vem, no meu



ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DIRETORIA GERAL LEGISLATIVA

DEPARTAMENTO DE REVISÃO E TAQUIGRAFIA

ATA Nº 11

DE MS

CPI DAS IRREGULARIDADES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS DO GOVERNO

AL- 7

REALIZADA EM 20/09/2017

entender, passa a ser duvidoso uma vez que eles colocam que foi de uma forma, e na verdade, o que está comprovado é que foi de forma diferente, foi de forma oficial através do partido a nível nacional e depois repassado para o Estado. Por sinal, abrindo um parênteses, eles envolvem doações para diversos outros políticos, inclusive a mim, que nunca tive contato direto com eles nesse sentido. Então, é mais uma falha, vamos dizer assim, não sei se um equívoco deles ou proposital, mas enfim, há uma inconsistência nessa declaração deles.

O SR. PEDRO KEMP - Inclusive, fazendo um parênteses, até o meu nome apareceu na lista...

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Pois é, então.

O SR. PEDRO KEMP - ...como beneficiário de uma doação de campanha.

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Então, são situações que nos deixam, enfim, um equívoco talvez da parte deles. Com relação a venda de gado, é a minha atividade há mais de trinta anos, sou produtor rural de origem de família, a gente tem negociado ao longo desses anos todos com diversas empresas aqui, e aqui nós temos diversos produtores rurais também, Deputados, que conhecem e sabem muito bem como é essa tratativa. Nós tratamos diretamente com o frigorífico ou muitas vezes com o corretor, como dizem, um comprador do frigorífico, tiramos as notas, emitimos, embarcamos o gado e a gente reza para que o pagamento venha conforme o combinado. Nos últimos anos essa fase de temor acabou porque não tivemos mais aquela quebradeira de frigoríficos que nós tínhamos anteriormente, o que nos dava uma segurança, principalmente no meu caso, quando se trata de um valor significativo para mim, porque foi um abate que eu fiz para saudar uma dívida que eu tinha num banco, no Bradesco, especial, e eu não tinha outra opção e não podia correr risco, razão pela qual naquele momento você procura a empresa mais idônea possível, que lhe dê a maior segurança para você poder fazer esse tipo de transação comercial e que no meu caso foi a JBS. Então, eu tenho a documentação, posso encaminhar aqui para CPI, isso é um prazer, eu só não trouxe porque não vim preparado para esse tema em função de ser de ordem pessoal, mas posso encaminhar a documentação, se assim os senhores entenderem, enfim, de encaminhamento do gado, nota, recebimento. Já tivemos inclusive fiscalização dos órgãos de defesa sanitária para fazer comprovação do rebanho em fazenda em função disso e esses relatórios todos vêm comprovando a eficácia do que aconteceu. Bom, então, com relação a comercialização nossa com eles, o que eu tenho a dizer é isso. Bom, terceira pergunta, o não cumprimento da JBS com relação aos termos. Realmente isso foi constatado através da delação deles e a partir desse momento, e aí já respondendo a quarta pergunta do senhor, a fiscalização do Estado, da Secretaria de Fazenda é feita, a expertise da Secretaria é de ordem documental, fiscal, então, a empresa apresenta a documentação dela e o Estado, a Secretaria de Fazenda analisa a veracidade daqueles documentos, o que entender que não é pertinente ela glosa, o que é pertinente ou que o documento é legítimo é aceito e aí, então, é homologado aquele crédito onde a empresa passa a lançar no seu livro, na sua contabilidade como crédito. Então, a fiscalização da Secretaria de Fazenda, sempre foi em face



da documentação entregue pela empresa. Aqui eu quero abrir um parênteses e dizer que até em função dessa CPI, o Governador e até por sugestão feita em determinado momento, nós alteramos, colocamos um complemento a mais nessa prestação de contas, que é uma declaração do empreendedor, da empresa, que executou realmente, não só os documentos, mas uma declaração, acompanhada então, dos documentos dos responsáveis técnicos, o ART, a parte que cabe ao contador, a parte da engenharia ou do responsável técnico da área, se for o caso, da área de informática e tudo mais, uma ART, uma vez que a Secretaria em si não tem a expertise para fazer esse tipo de análise. De posse desse tipo de documentação, o Estado fica munido de instrumentos suficientes não só para que se caso não for cumprido reaver os benefícios concedidos, que isso nós já tínhamos, mas, também, possa ter documentos para que criminalmente possa também estar comprometendo esses, vamos dizer assim, maus empresários ou mal intencionados. Então, é um mecanismo a mais que a Secretaria passou a utilizar e foi uma grande contribuição dessa CPI neste momento. A análise desta documentação sempre foi feita do ponto de vista da documentação entregue, e como eu falei, eu pessoalmente, voltando na fala anterior, sempre buscando uma maior segurança, até esse momento nós tínhamos como a maior empresa do setor no mundo e gozando realmente de toda credibilidade, até para que a gente realizasse os negócios de ordem pessoal, e o Estado, certamente também, uma vez que é dirigido por pessoas que têm essa sensibilidade, crendo nisso, evidentemente, depois foi constatado que esta credibilidade não procedia. Bom, então eu creio que eu tenha respondido a quarta. A quinta: como era a relação do Estado com a JBS? Bom, no que se refere à Secretaria de Fazenda, a relação sempre foi feita diretamente com a área competente, se fosse uma questão de fiscalização era na superintendência de fiscalização de administração tributária, onde se analisava esses créditos, analisava a contabilidade e sempre da forma em que é relacionada todas as outras empresas do Estado. Do ponto de vista empresarial, o que eu posso dizer ao Senhor é que eu tive contato com membros da direção deles, se não me falha a memória, em duas ocasiões, uma na Secretaria e a outra vez na Governadoria quando vieram tratar da expansão do frigorífico de abate de suínos em Dourados, de aves em Caarapó e Sidrolândia e uma provável intenção de fazer uma indústria de perus em Itaporã. Então, nessa ocasião estivemos numa reunião, eles manifestaram esta intenção e aí existem outros estados que tinham interesse na ampliação e na implantação dessas plantas, e aí, certamente, se desenvolveu uma proposta no sentido de que fosse instalado aqui no Estado por várias razões e até mesmo pelos incentivos fiscais que o Estado doou. Então, essa foi a relação que eu, enquanto Secretário de Fazenda tive com a direção deles, foram técnicos, não foi com nenhum dos irmãos, não tive a oportunidade de conhecê-los e foi com a equipe, diretores, pessoas da equipe em que tivemos em conjunto. Se nós já tínhamos constatado as irregularidades? Na realidade o que acontece no Estado, esse tipo de irregularidade, na magnitude que elas somaram, não tínhamos constatado, o que havia era análise documental e quando constatada alguma irregularidade nisso, era glosado, eles notificados e enfim, ou se tirava o crédito presumido que eles teriam, se era glosado ou, eventualmente, eles comprovariam de outra maneira, mas numa relação normal de comprovação ou não dos compromissos firmados nos TAREs. Quais as medidas que a Secretaria de Fazenda está tomando? Bom, após a delação, eu determinei através de uma ordem de serviço, uma CI, que fosse feita novamente uma averiguação em todos aqueles termos e em toda documentação entregue pela JBS para que ela se



beneficiasse, enfim, desse benefício. O que foi constatado? Só para se ter uma ideia, nós temos ali mais de cento - eu acho que eu tenho um resumo aqui para me lembrar, porque são tantas - mas são ali praticamente cento e cinquenta e nove processos que envolvem todos esses termos, isso representa mais de cento e uma mil notas ou documentos. Isso realmente passou a ser um trabalho intenso na Secretaria, esse procedimento foi instaurado no mês de maio, onde se averiguou a utilização desses quase quinhentos milhões em benefícios que eles tiveram nesses termos todos. Desses quinhentos milhões que foram analisados de notas e documentos, se contatou uma falha, uma improcedência de um milhão e setecentos, dos quinhentos milhões correspondentes àquelas mais de cento e uma mil notas, foi detectado vamos dizer assim: um milhão e setecentos que deveriam ou teriam que ter sido glosados e que, eventualmente, pela grandeza e por tudo passara agora, vamos dizer assim, numa averiguação mais afinada, mais detalhada, então, é o que teria de inconsistente, isso eles já foram notificados na sequência. Com relação a parte socioeconômica que eles delataram ou que nós tivemos conhecimento até mesmo pela imprensa e que veio à essa CPI, que eles não cumpriram também os outros termos do ponto de vista de investimentos, fizemos uma análise mais apurada com relação aos empregos gerados, então, já constatamos falhas nisso e não cumprimento. O quê a Secretaria de Fazenda do Estado fez? Nós os notificamos para que eles apresentassem a documentação necessária, porque pelo que nós levantamos está em falha, mas nós temos processualmente que dar a oportunidade para eles verem isso. Eles foram notificados através do ICMS Transparente, que é o meio que nós temos na Secretaria de Fazenda para estarmos notificando os contribuintes. Esse sistema passa contar o prazo a partir do momento em que eles, vamos dizer assim, abrem aquela nota, aquele e-mail e o próprio sistema já começa a contar o prazo, eles já abriram um e os outros eles não abriram mais, provavelmente porque já sabem o quê está na sequência. Mas a própria legislação do Estado prevê que após quinze dias de ter encaminhado a notificação, mesmo que o contribuinte não tenha recebido, já é considerado como tal e aí passa a contar o prazo dos vinte dias. Então, nós demos esse prazo, estamos aguardando a resposta, então, está ainda no decurso desse prazo para que nós possamos, vindo a documentação, o passo seguinte, certamente, espero que assim como eles fizeram com a CPI, eles também se comportem com a Secretaria de Fazenda. Dizemos que temos duas hipóteses, ou comprovem que nós estamos errados e que eles cumpriram os 100% do que está ali, ou se não, nós vamos suspender os termos para depois fazermos o cancelamento, autuar e cobrar tudo o que eles usaram indevidamente durante esse tempo todo. É esse o procedimento que a Secretaria de Fazenda tem a fazer em razão pela qual nós não suspendemos os benefícios ainda, até mesmo pela grandeza que tem, nós estamos tendo todo o cuidado para que a gente siga todos os prazos procedimentais dos processos, para que não venha amanhã ou depois ter alegação de que foi infringida alguma norma ou que o Estado não seguiu os prazos ou rito correto que deveria ocorrer, então, estamos nessa fase. Espero ter atendido a expectativa dos senhores, enfim, estou à disposição.

O SR. PEDRO KEMP - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Corrêa) - O Deputado Pedro Kemp, está inscrito, Deputado.



ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DIRETORIA GERAL LEGISLATIVA

DEPARTAMENTO DE REVISÃO E TAQUIGRAFIA

ATA Nº 11

DE MS

CPI DAS IRREGULARIDADES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS DO GOVERNO

AL- 10

REALIZADA EM 20/09/2017

O SR. PEDRO KEMP - Só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Corrêa) - Tranquilamente, só um minutinho, só para dizer que está inscrito o Deputado Doutor Paulo Siufi, na sequência o Deputado Eduardo Rocha e na sequência o Deputado Flávio Kayatt, Relator. Deputado Pedro Kemp, para fazer dois questionamentos.

O SR. PEDRO KEMP - Só para concluir, Senhor Presidente. Primeiro, eu considero extremamente importante com relação àquela nota que foi denunciada, que se refere a Vossa Excelência e Vossa Excelência já se colocou à disposição para apresentar aqui os documentos, acho importante a CPI receber de Vossa Excelência essa documentação comprobatória dessa transação que foi feita.

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Eu encaminho.

O SR. PEDRO KEMP - Certo! A outra questão, Secretário, Vossa Excelência disse aqui que a fiscalização que a Secretaria de Fazenda faz é documental. Pelo que nós podemos apurar até agora, essa fiscalização meramente documental, ela se mostrou, vamos dizer assim, insuficiente para verificar de fato se a empresa cumpre com os compromissos firmados quando ela recebe incentivo do Estado. Então, para concluir, o Estado pretende modificar essa forma de fiscalização daqui para frente, até porque isso pode ter servido de exemplo e pode ser motivo do Estado inclusive aperfeiçoar o sistema de fiscalização, hoje o Governador esteve aqui falando de incentivos fiscais, que vem um projeto para cá, daqui para frente vai alterar algumas questões, mas penso que é um momento também para a Secretaria de Fazenda rever esse tipo de fiscalização, porque as empresas podem burlar, podem de uma certa forma enganar o Estado que estão cumprindo.

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Realmente, Deputado, até o decreto que me referi, ele vem justamente com essa intenção, de ir aperfeiçoando. Inclusive nós demos um prazo para as empresas para que dos últimos cinco anos, elas têm que apresentar, todas as empresas, não estou falando da JBS, estou falando de todas as incentivadas que tiveram benefícios em virtude de compromissos de geração de emprego, de investimentos, enfim, e a toda parte socioeconômica para que ela venha e apresente ao Estado a documentação complementar de responsabilidade técnica e, eventualmente, porque são mais de mil empresas, certamente o Estado, nós não temos como acompanhar isso e nem temos força humana para acompanhar isso passo a passo mas, evidentemente, que o Estado vai criar mecanismos. Como a fiscalização é feita normalmente por amostragem e tudo mais, nós vamos aprimorar isso para que se torne um pouco mais eficiente, até mesmo como Vossa Excelência já colocou, já temos uma lição aqui de que mostra que a sistemática adotada não teve a eficiência que a gente gostaria que tivesse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Corrêa) - Com a palavra, o ilustre Deputado Doutor Paulo Siufi.



O SR. DR. PAULO SIUFI - Senhor Presidente, poderia fazer uma pergunta por vez para que o Senhor Secretário pudesse ir respondendo ou o Senhor gostaria que eu fizesse todas elas num conjunto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Corrêa) - Acho que uma por vez fica mais fácil.

O SR. DR. PAULO SIUFI - Uma por vez fica mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Corrêa) - Porque ficou difícil ele decorar as treze.

O SR. DR. PAULO SIUFI - As minhas eram quinze, mas algumas já foram respondidas, então, serei mais pontual.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Corrêa) - Pois não.

O SR. DR. PAULO SIUFI - Também quero agradecer ao Deputado Federal licenciado, no exercício hoje da Secretaria de Fazenda como Secretário de Estado, a disponibilidade de Vossa Excelência, em nenhum momento se negou a vir, desde o início se colocou à disposição, demonstrando claramente que não temia vir à CPI e que não tinha nenhum problema com tudo aquilo que se falava. Como eu disse, nossa preocupação enquanto parlamentar é de esclarecer os fatos até para que pessoas idôneas não sejam maculadas por conta de fraudadores que hoje estão atrás das grades. A primeira pergunta, Senhor Secretário, caso não houvesse a delação premiada, o Senhor acredita que haveria uma conferência futura que permitiria a Secretaria de Estado de Fazenda chegar ao resultado que a CPI chegou e nessa mesma pergunta agradecer a cedência do funcionário de vocês, que tem sido fundamental junto com outros funcionários que o Tribunal de Contas nos cedeu e que também nós solicitamos aqui da Casa, para que pudéssemos chegar nas conclusões que nós estamos chegando. Então essa é a primeira pergunta.

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Deputado, não posso assegurar ao Senhor que ela seria todas levantadas ou não, até mesmo porque como já disse, a prática dentro da Secretaria de Fazenda, é partindo do pressuposto de análise documental e não se esperava que houvesse, vamos dizer assim, uma fraude dessa natureza, uma vez que a documentação é uma documentação, vamos dizer, notas fiscais emitidas e registradas nos fiscos de cada estado, presumindo-se, então, que seriam idôneas, creio que a CPI, nesse sentido, vem contribuindo muito até mesmo para que o Estado tome novas medidas para que se tente coibir coisas dessa natureza, assim como já foi feito num outro procedimento, que foi o do novilho precoce, que também levou o Estado a suspender num determinado momento em virtude de inúmeras fraudes que vinham acontecendo, e aí nós encontramos um mecanismo para tentar aprimorar. E infelizmente é assim, a gente aprimora uma coisa e tem alguém que aprimora depois de que forma que vai burlar aquilo, mas enfim, esse é o trabalho da Secretaria de Fazenda.



O SR. DR. PAULO SIUFI - Em 13 de janeiro de 2016, foi firmado o TARE com a JBS no valor de investimento em torno de duzentos e oitenta e cinco milhões de reais e de crédito outorgado, noventa e nove milhões e setecentos e cinquenta mil, e aí, no mês de abril teve um aditivo, o por quê desse aditivo?

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Deputado, eu confesso que eu não estou de posse do TARE aqui, eu não trouxe ele, mas eu posso encaminhar uma justificativa disso depois, mas não tenho aqui em mãos exatamente qual quê é o termo desse termo aditivo? Você lembra Horta? Eu posso depois...

O SR. DR. PAULO SIUFI - O Senhor encaminha posteriormente para a CPI...

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - ...esclarecer isso daí.

O SR. DR. PAULO SIUFI - Está ótimo!

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Foi de prazo?

O SR. DR. PAULO SIUFI - Foi firmado dia 13 janeiro o termo original, o TARE. E aí teve um aditivo em abril do mesmo ano, do mesmo frigorífico, que estava sendo firmado o TARE com eles tendo que firmar alguns compromissos não só nos maquinários, mas também de mão de obra e abate bovino, mas eu aguardo.

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Mas se o Senhor me permite...

O SR. DR. PAULO SIUFI - Com certeza!

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - ...eu encaminho depois...

O SR. DR. PAULO SIUFI - Com certeza!

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - ...o relatório...

O SR. DR. PAULO SIUFI - Para que gente possa entender a razão...

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - ...justificando o porquê.

O SR. DR. PAULO SIUFI - ...desse aditivo.

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Certo.

O SR. DR. PAULO SIUFI - A terceira pergunta, e gostaria de ser bem enfático, para que a gente deixasse esclarecido de uma vez e encerrasse isso. O Senhor enquanto Secretário de Fazenda, se encontrou em algum momento dentro ou fora da Secretaria de Fazenda com Wesley ou Joesley, sim ou não?

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Não!



**ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DIRETORIA GERAL LEGISLATIVA
DEPARTAMENTO DE REVISÃO E TAQUIGRAFIA**

**ATA Nº 11
DE MS**

**CPI DAS IRREGULARIDADES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS DO GOVERNO
REALIZADA EM 20/09/2017**

AL- 13

O SR. DR. PAULO SIUFI - O Senhor, enquanto Secretário...

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Enquanto Secretário...

O SR. DR. PAULO SIUFI - Enquanto Secretário de Fazenda.

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Se o Senhor me permite eu fazer um adendo, enquanto Deputado Estadual, quando fui na inauguração da Eldorado, nós tivemos lá na comitiva, foi quando eu tive a única oportunidade de encontrá-lo.

O SR. DR. PAULO SIUFI - Eu graças a Deus nunca encontrei. Mas o que eu quero saber é enquanto Secretário, até porque o Senhor veio aqui como Secretário de Fazenda, e eu quero me ater a isso. A quarta pergunta: enquanto Secretário de Fazenda o Senhor teve ou tem conhecimento de um encontro de um dos dois irmãos com o Governador Reinaldo Azambuja de alguma forma as escondida, como ele disse?

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - De maneira alguma.

O SR. DR. PAULO SIUFI - Sim ou não?

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Nenhuma.

O SR. DR. PAULO SIUFI - Diante do quadro que as finanças do Estado se encontram, e é uma crise generalizada no Brasil inteiro e no Mato Grosso do Sul não seria diferente, e hoje foi muito boa a nossa reunião com o Governador, porque eu pude entender um pouquinho dessa crise, que não é uma crise formatada aqui no Mato Grosso do Sul, ela vem até de ações do Governo Federal enquanto o bombeamento do gás da Bolívia, que era a nossa principal receita e hoje nós não a temos e passamos por essa dificuldade. E por isso declinei lá e digo aqui que vai ter o meu apoio para que a gente possa reestruturar melhor toda essa receita que hoje é deficitária. Mas diante desse quadro que as finanças do Estado se encontra, o Senhor acredita que o Estado tendo direito a receber, porque está no contrato, aproximadamente um bilhão de reais, esse recebimento, se ele for célere, porque já tem uma ação popular, e tem aqui um requerimento de minha autoria sobrestado para que nós possamos ingressar imediatamente, agora que mudou o Procurador Geral da República, não é mais o Senhor Janot, até porque ele não quis receber e nem nos deu a atenção devida, eu espero que agora a Doutora Raquel Dodge possa de uma forma ou de outra intensificar essa parceria, até porque tem uma CPMI lá no Congresso Nacional, esse recebimento ele poderia estar auxiliando no pagamento do décimo terceiro que estava com dificuldade para fazer esse repasse de finanças e também nos investimentos que são precisos, tanto na área da saúde, da educação e da segurança?

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Sem dúvida nenhuma, Deputado, isso contribui muito para o Estado de Mato Grosso do Sul.



ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DIRETORIA GERAL LEGISLATIVA

DEPARTAMENTO DE REVISÃO E TAQUIGRAFIA

ATA Nº 11

DE MS

CPI DAS IRREGULARIDADES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS DO GOVERNO
REALIZADA EM 20/09/2017

AL- 14

O SR. DR. PAULO SIUFI - Ótimo. E a última pergunta: Vossa Excelência sempre foi considerado por mim e por todos os membros dessa CPI e acredito que por todas as pessoas que o conhecem, um homem íntegro, de conduta irrepreensível, conduta ilibada, sempre correto nas suas atitudes e ações, eu não tive o prazer e a satisfação de ser deputado estadual com Vossa Excelência, mas todos que tiveram essa oportunidade sempre fizeram uma menção muito elogiosa à sua pessoa, eu o conheci fora daqui da Assembleia e sempre tive e tenho um conceito muito bom em relação à sua pessoa e não deixei de ter por conta desses delatores fraudadores, que eu tinha certeza que eles estavam mentindo. Vossa Excelência tem intenção de entrar com medidas judiciais contra o que os fraudadores afirmaram sobre vossa pessoa, de ter entregue notas frias em troca de benefícios?

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Sim, nós estamos tomando as providências necessárias, juntando as documentações e, inclusive, tem um advogado constituído que está cuidando justamente da questão que se refere à minha pessoa. Talvez não tenha a mesma repercussão que teve o primeiro caso, o Senhor sabe como que é isso, mas pelo menos para que a gente possa estar demonstrando não só para a própria família, para aqueles que nos avizinham mas, também, para a população de um modo geral a quem nós devemos satisfação no Mato Grosso do Sul.

O SR. DR. PAULO SIUFI - Senhor Presidente, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE - Próximo inscrito, o ilustre Deputado Eduardo Rocha, Vice- Presidente dessa CPI.

O SR. EDUARDO ROCHA - Boa tarde a todos. Secretário, eu vou me ater aqui só nas perguntas que tocam a Secretaria, porque eu não me sinto à vontade em fazer pergunta de ordem pessoal, até porque o Brasil inteiro está vendo o que aconteceu com os três, porque não são só os dois irmãos, é o diretor da empresa que saiu tacando lama no Brasil inteiro, mais de mil e oitocentos políticos dizendo que aprenderam a corrupção aqui no Mato Grosso do Sul, na época do então ex-governador Zeca do PT, que eu acredito que seja mentira porque eu conheço o ex-governador. Dizer que a Secretaria de Fazenda, e eu disse isso na última reunião, faz um grande trabalho no Mato Grosso do Sul, então, eu vi o questionamento do Deputado Pedro Kemp, eu acho que nós não devemos tirar os incentivos da JBS, porque a JBS não é dos Batistas, os irmãos Batista tem 42% da JBS, são os maiores acionistas, mas nós, o povo brasileiro, temos 22% através BNDES. Ao longo dos três últimos anos, dez últimos anos que a empresa cresceu, o BNDES comprou através de aporte financeiro, 22% da JBS, é o segundo maior acionista. Então, essa empresa é do Brasil também e nós temos aqui no Mato Grosso do Sul, Secretário, dezessete mil funcionários nessa empresa. Quantos mil produtores rurais vendem para essa empresa? É claro, eu disse na primeira reunião dessa CPI, as pessoas falaram que CPI a gente sabe como começa mas não sabe como termina, e eu disse que essa nós vamos saber como vai terminar, vamos pegar quem é fraudador. E a empresa confessou, não é fraude fiscal, mas pode ser a fraude em obras, pode ser a fraude em geração de emprego, mas ela confessou, então, nós temos sim que receber e restituir o Estado naquilo que foi dado de incentivo e a empresa não fez a sua parte, mas, também, nós não queremos quebrar essa empresa, essa empresa não é só dos



irmãos Batista, que estão presos, essa empresa também é do povo Brasileiro. Então, Secretário, eu quero que essa CPI que apurou e levantou e que até fazendo uma gestão em parceria com a Secretaria de Fazenda levando argumentos, que a Secretaria possa, como Vossa Excelência mesmo disse, tomar providências quanto a fiscalização. Eu acredito nesse projeto que chegou do Governo do Estado que amplia os incentivos, porque nós temos que deixar claro, o incentivo foi o que salvou o Mato Grosso do Sul, isso nós não podemos ter dúvida, e se o Mato Grosso do Sul paga os salários em dia, é porque tem uma Secretaria de Fazenda que cumpre o seu papel, isso nós temos que deixar claro nesta Casa. Então, Secretário, o que eu quero saber de Vossa Excelência, essa CPI daqui uns dias vai encerrar, o Relator já está fazendo o relatório, então, gostaria de saber de Vossa Excelência, quando a CPI apresentar para o Senhor, nós apuramos duzentos e cinquenta milhões que não foram investidos no Estado, em obras, em geração de emprego, eu gostaria de saber qual a posição da Secretaria de Fazenda, e como a Secretaria de Fazenda vai cobrar esses recursos da empresa sem quebrar a empresa?

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Com relação aos incentivos, Deputado, a Secretaria de Fazenda, independente de ser o setor "A" ou o setor "B", ou o grupo empreendedor "A", "B" ou "C" nós, a partir do momento em que nós detectamos que o empreendedor não está cumprindo com a parte que lhe cabe, e isso já aconteceu em diversas empresas, quando detectado, nós tomamos a prática ou o caminho de primeiro fazer a suspensão do termo, e depois disso, se comprovando, nós fazemos o cancelamento e aí sim, a cobrança de todos aqueles benefícios que foram usados indevidamente. Com relação especificamente à JBS, eu creio que o Estado não pode agir diferente, o Estado tem que agir de acordo como age com todas as empresas que durante, vamos dizer assim, esses dois anos e meio, um pouco mais que estou à frente da Secretaria de Fazenda, nós cancelamos benefícios de várias empresas que não cumpriram. É verdade que no caso da JBS, pela grandeza e pela credibilidade que supunha-se que teria e que depois foi comprovado que não, enganando não só o Estado, mas o Brasil como um todo, quem sabe o mundo afora, não sabemos a consequência disso lá fora, mas nós não temos como ter um comportamento diferente, nós vamos ter que usar os procedimentos legais e, evidentemente, temos que reconhecer, como Vossa Excelência colocou, que o incentivo fiscal no Mato Grosso do Sul foi extremamente benéfico, ele promoveu o desenvolvimento do nosso Estado. Hoje eu tenho o conhecimento, eu consigo dimensionar a grandeza que foram os incentivos que o nosso Estado deu, porque no convívio com outros secretários de fazenda do Brasil inteiro ou no CONFAZ ou em qualquer outro colegiado que sempre nós estamos juntos, nós vemos que o Mato Grosso do Sul foi extremamente audacioso, podemos dizer assim, nos incentivos, na capacitação de grandes empresas, e que isso realmente fez muito bem para o nosso Estado, gerando emprego e gerando renda. Então, o benefício fiscal foi muito bom, agora estamos entrando em um processo no Brasil após a Lei Complementar nº 160, em que isso vai ter um prazo para ser cumprido, equalizado e que eu acredito na eficiência disso se nós tivermos um federalismo forte, senão vai acabar encontrando outro mecanismo lá na frente para se desenvolver algum outro tipo de guerra fiscal, se não houver o fortalecimento desse federalismo que nós esperamos que aconteça e que as diferenças regionais em nosso País, sejam compensadas por ações do Governo



Federal, que é o quê nós esperávamos que lá atrás quando a federação, com a nova constituição foi promulgada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Rocha) - Bom, eu estou satisfeito, Secretário, gostaria de passar a palavra para o nosso Relator, Deputado Flávio Kayatt, para fazer os seus questionamentos.

O SR. FLÁVIO KAYATT - Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Federal e Secretário de Fazenda, Márcio Monteiro, nosso companheiro de partido, Presidente Regional do PSDB, com muito respeito, vamos lá. Eu tinha quatro perguntas para fazer, mas uma já foi respondida, vamos para a primeira. Como é que a SEFAZ avalia a utilização dos benefícios concedidos através dos termos de acordo?

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Deputado, de uma certa forma até eu já coloquei isso aqui, mas, o empreendedor apresenta a documentação que dá o crédito a ele, que credencia ele à utilização daquilo, é feita, então, pelos nossos auditores uma análise e uma homologação daquilo para credenciar o beneficiário a utilizar ou não aquele crédito, então, isso é feito de forma documental como eu coloquei, uma vez que a Secretaria de Fazenda não tem a expertise e o seu quadro não é um quadro, por exemplo, para analisar se, vamos dizer assim, um equipamento de ar condicionado corresponde àquilo que está no projeto. Então, essa qualificação, a Fazenda não tem, nós temos aqui hoje uma grande empresa que está se instalando lá em Dourados, a COAMO, a cooperativa que está montando lá uma esmagadora de óleo e está montando uma indústria e, evidentemente, que lá, eu estou citando isso apenas como um exemplo, lá tem engenheiros elétricos, tem profissionais de todas as áreas e que são as pessoas que irão atestar para a Secretaria de Fazenda o cumprimento ou não e se aquela documentação apresentada corresponde ou não àquele investimento que ele se propõe a fazer, uma vez que entendemos que os profissionais da área têm que ser responsabilizados se, eventualmente, lá na frente, for constatado que aquilo não procede, enfim, é uma forma do Estado se resguardar um pouco disso e não transferir a responsabilidade, mas aumentar a responsabilidade daqueles que os detêm, que são os responsáveis pela execução e pelo cumprimento desses termos de acordo que, a princípio, beneficia o empresário mas também beneficia o Estado na geração de emprego, renda e desenvolvimento.

O SR. FLÁVIO KAYATT - A utilização desses benefícios é automática pelas empresas ou depende da autorização do Secretário de Fazenda?

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Na realidade ela depende da autorização do auditor, quando ele homologa o superintendente autoriza a creditar aquilo, então, não depende de ato exclusivo da Secretaria de Fazenda, até mesmo porque é um ato de competência do profissional que está investido naquela função. Deixar aqui bem claro que os auditores e os fiscais são carreiras de Estado, os atos deles só podem ser feitos por eles, assim como só o policial pode multar, só o juiz pode julgar, no caso da fiscalização em se tratando de uma carreira de Estado, compete a eles o ato de autorizar, não autorizar, multar e glosar. Não é um ato em que o Secretário de Estado poderia estar interferindo.



ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DIRETORIA GERAL LEGISLATIVA

DEPARTAMENTO DE REVISÃO E TAQUIGRAFIA

ATA Nº 11

DE MS

CPI DAS IRREGULARIDADES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS DO GOVERNO
REALIZADA EM 20/09/2017

AL- 17

O SR. FLÁVIO KAYATT - Para finalizar, eu gostaria de saber o prazo que o Senhor teria para a entrega desses documentos que o Senhor fez o compromisso com o Deputado Pedro Kemp?

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Isso eu vou pedir para o meu contador providenciar e dentro de uma semana, no máximo, estarei encaminhando eles para a CPI.

O SR. FLÁVIO KAYATT - Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Corrêa) - Ok. Eu me coloquei por último, Senhor Secretário, e quero dizer que quero voltar a afirmar à Vossa Excelência, que apesar de termos conseguido o apoio seu e o apoio do Governador na assinatura daquele decreto que possibilita que uma equipe multidisciplinar atue na fiscalização do cumprimento dos TAREs, que são os Termos de Acordo de Regime Especial, que se faz com diversas empresas do Estado, acho que agora é o momento para a gente discutir o segundo assunto. Quando Vossa Excelência diz que em quinhentos milhões de reais de incentivo, só encontrou um milhão e setecentos mil reais de coisa que estava errada, nós estamos dizendo ao Senhor que nós encontramos diferente, quer dizer, essa nota, que ela é perfeitamente certa e nós vimos aqui, nós encontramos em cada TARE que a gente mexeu, em cada nota que a gente mexeu, um problema, e se esse problema não puder ser colocado como garantia, eu acho que o FISCO do Estado de Mato Grosso do Sul está perdendo, e aí eu quero dizer a Vossa Excelência, se fosse possível, verificar esse relatório que nós vamos entregar no final da CPI, mas aí o nosso Relator está assumindo essa parte, que é para dizer o seguinte: "Olha, 93% das notas que nós analisamos, não tem carimbo de posto fiscal e eram notas de simples remessa de JBS para JBS," então, não ficar só no negócio: "Ah, ele me entregou aqui uma nota fiscal que é uma nota fiscal eletrônica". E daí? Ele fraudou uma nota fiscal eletrônica! Quanto mais você se especializa em fiscalizar, mais o fraldador se especializa em fraudar! Então, eu gostaria de fazer essa observação, queria agradecer muito a sua presença aqui, dirimiu várias dúvidas que pairaram no ar durante muito tempo, são sessenta dias de trabalho, sessenta e sete dias, queria anotar hoje, falei que ia falar isso em cada sessão, sessenta e sete dias de serviço e nós já estamos com oitenta mil notas das cem mil notas que Vossa Excelência falou que é o número. Mas nós estamos fiscalizando um pouco mais profundamente, acho que essa profundidade que nós chegamos, garante que o dinheiro que foi pego do Estado tenha sido bem aplicado, então, deixo aí essa sugestão para Vossa Excelência aperfeiçoar e deixo também uma sugestão para Vossa Excelência de que na inconsistência, seja glosado de imediato. Agora, nós vamos tentar aprovar um requerimento aqui que está sobrestado para hoje, a pedido do ilustre Deputado Paulo Siufi, de movermos uma ação, e aí está o nosso advogado que nos assessora aqui, Doutor Volpe, que vai fazer com que a gente possa entrar imediatamente com uma ação para garantir, para assegurar quinhentos milhões de reais, que é mais ou menos a nossa conta também, que é multa, juros, correção monetária, que a gente acha, e que nós vamos tentar segurar este valor em espécie ou em imóvel. Uma estimativa, o nosso Relator está certo, essa estimativa, para que pelo menos isso fique assegurado, por que eles estão liquidando tudo e o iate já está lá em Miami e o apartamento já é lá em Nova York, daqui a pouco nós não temos mais nada. A Havaiana já foi, a Vigor já



ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DIRETORIA GERAL LEGISLATIVA

DEPARTAMENTO DE REVISÃO E TAQUIGRAFIA

ATA Nº 11

DE MS

CPI DAS IRREGULARIDADES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS DO GOVERNO
REALIZADA EM 20/09/2017

AL- 18

foi, a venda do controle acionário da Eldorado, muito estranho o jeito que foi feito, muito esquisito. Assumem oito bilhões de dívidas e sete bilhões eles ficam sócios na empresa holandesa lá fora, quer dizer, como ela virou uma grande empresa multinacional, transnacional como se diz, basicamente não pagou imposto nenhum de fazer essa transação de troca de ativos, é isso? Deputado Eduardo Rocha, o Deputado Eduardo Rocha que me explicou isso. Então, eu entendo que ou a gente se assegura, e aí também queria dizer à Vossa Excelência, que fizemos um contato na segunda-feira dessa semana com o ilustre Deputado Marun, que é o Relator da CPMI da JBS em nível nacional, e vamos fazer um termo de cooperação com ele da forma como fizemos com Vossa Excelência, que Vossa Excelência nos cedeu as notas mas falamos assim: "Olha, tem um sigilo fiscal aí, cuidado"! Tomamos outra providência e aguentamos quatorze dias até acharmos a forma conjunta de fazer, aqui não vazou nada, mas nós vamos fazer esse mesmo termo de acordo, compartilhando com ele isso, para que ele também possa garantir em nível nacional que sobre alguma coisa para os estados, por quê qual era o nosso pedido ao então Procurador Geral da República Janot? Que ele nos recebesse para mostrarmos o tamanho da fraude no Mato Grosso do Sul, e ele não nos recebeu, estranhamente. Agora, as coisas estão aparecendo, o Miller que era o assessor número um do cara, é quem assessorou eles a fazerem a delação premiada, é a coisa mais esdrúxula do mundo, então, é claro que ele não iria nos receber. Então, temos esperança que a nova Procuradora Geral da República, Doutora Raquel Dodge, e aí fazer esforços junto com o Governo do Estado, para que a gente seja recebido e possa entregar a cópia do relatório para dizer o seguinte: Olha, reserva um dinheiro para os estados, porque vocês reservam dinheiro só para pagar os órgãos nacionais, e nós? Nós fomos fraudados em quinhentos milhões, como é isso? Então, basicamente dar essa sugestão à Vossa Excelência. Eu queria saber o que Vossa Excelência acha desta afirmativa que eu estou fazendo à Vossa Excelência, que 93% das notas fiscais analisadas são fraudadas?

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Deputado, sem dúvida alguma o relatório e a documentação que a CPI, a conclusão da CPI que for encaminhado certamente a nós, estamos ansiosos por isso também para que, evidentemente, possamos aproveitar esta documentação toda e tomar as medidas que temos. Só para deixar bem claro aqui, quando eu falei que foi constatado um milhão e tantos de inconsistência, eu quero dizer no sentido de que não foi detectado no primeiro crivo e que são notas que deveriam ter sido glosadas naquele momento. Com relação a utilização das notas por diversas vezes, se tratando de processos distintos, na Secretaria não tinha um sistema que pudesse fazer esta previsão. Então, cada processo rolava separado, independente, sem nenhuma relação de um com o outro, o que acabou proporcionando isso e que isso já é uma fraude que também merece e tem que ter a atenção do FISCO neste sentido. Independente disso, se isso não bastasse, por acaso não bastasse, ainda vêm as outras questões socioeconômicas, que por si só também já são suficientes para que o Estado possa tomar todas as medidas necessárias para reaver aquilo que foi utilizado indevidamente por esta empresa, assim como temos feito com outras empresas do nosso Estado e muitas com ações tramitando na justiça, outras com os Termos já cancelados, algumas ainda com o Termo suspenso. Eu quero dizer que a Secretaria de Fazenda do Estado também está na expectativa e ansiosa pela documentação farta que a CPI tem, para que possamos estar fazendo as ações pertinentes à Secretaria de Fazenda para



reaver esses recursos que o Estado tem direito e tanto precisa neste momento, como o Deputado Doutor Paulo Siufi, também já se referiu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Corrêa) - Eu pergunto se alguém tem mais algum questionamento com o Secretário de Fazenda Márcio Monteiro? Deputado Pedro Kemp.

O SR. PEDRO KEMP - Secretário, pegando um gancho no final da fala de Vossa Excelência e aquilo que o Deputado Doutor Paulo Siufi também colocou, esta expectativa em que nós temos de o Estado ser ressarcido por esta empresa por não ter cumprido com os compromissos, nós apresentamos aqui na última sessão da CPI, uma proposta para que o Governo do Estado regulamente a Lei Federal conhecida como Lei Anticorrupção, que daria instrumentos para que o Estado de Mato Grosso do Sul pudesse acionar as empresas fraudadoras que não cumprem com os compromissos assumidos com o Estado, que houvesse uma maior transparência, inclusive. Até porque temos o problema do sigilo fiscal quando se trata da questão da Secretaria de Fazenda, mas se Vossa Excelência tem conhecimento, o Governo do Estado tem discutido esta questão, tem alguma proposta neste sentido, porque eu acredito que agora, para reaver esse recurso, para buscar o ressarcimento dos prejuízos causados pela JBS, seria importante uma legislação como essa aqui no Estado de Mato Grosso do Sul. Então, se Vossa Excelência tem conhecimento e o Governo do Estado pretende regulamentar, inclusive a lei fala e dá possibilidade do Estado fazer acordo de leniência com empresas que assumem não terem cumprido os compromissos, e poderia num acordo de leniência já ressarcir o Estado. Então, o Senhor tem conhecimento?

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Deputado, esse tema nós já discutimos e falando, confesso que nos últimos dias nós nos concentramos tanto na questão dos dois projetos que hoje foram encaminhados a esta Casa e seria precipitado da minha parte eu antecipar alguma questão dessa ordem da regulamentação da Lei Anticorrupção. Entendo que é pertinente, é uma discussão válida e precisa ser trazida para essa discussão e para essa Casa, mas me comprometo a estar buscando mais detalhamento e estar discutindo isso a nível de Governo, para que a gente possa posicionar a intenção do Governo nesse sentido.

O SR. DR. PAULO SIUFI - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Corrêa) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Doutor Paulo Siufi.

O SR. DR. PAULO SIUFI - Senhor Secretário, eu discordo frontalmente do Deputado Pedro Kemp, pela primeira vez nessa CPI. Acordo de leniência a gente tem que fazer com quem tem boa índole, essas pessoas são fraudadores, são bandidos, eles mancharam o nome do nosso Estado, mancharam o nome do Governador do Estado e o nome de Vossa Excelência, eu ficaria muito entristecido se nós tivéssemos que fazer um acordo de leniência com esses fraudadores que fizeram o que fizeram e iam sair como bons mocinhos dessa história. Se não fosse o erro dele mesmo, porque mentira tem perna curta, ele entregou a fita e agora até o ex-



ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DIRETORIA GERAL LEGISLATIVA

DEPARTAMENTO DE REVISÃO E TAQUIGRAFIA

ATA Nº 11

DE MS

CPI DAS IRREGULARIDADES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS DO GOVERNO

AL- 20

REALIZADA EM 20/09/2017

Procurador Geral e os assessores dele parece que serão ouvidos lá, porque a coisa está ficando bem mais esquisita do que parecia. Então, eu não vejo, eu não vejo necessidade, não vejo mesmo, eu até entendo o que o Deputado Pedro Kemp quis dizer, no sentido de termos através de um acordo de leniência, segurar esse recurso de alguma forma, mas eu acho que a lei, e aí o nosso advogado, Doutor Luiz Henrique Volpe Camargo vai verificar, tem o Doutor Felipe Mattos de Lima Ribeiro que também pode verificar, para que nós possamos ingressar na justiça sim, mas sem acordo de leniência. Aliás, o acordo de leniência que eles fizeram com a Procuradoria Geral da República caiu, para ver que eles não têm moral nenhuma para fazer acordo com ninguém. Era isso que eu queria deixar consignado.

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Só para registrar aqui...

O SR. PEDRO KEMP - Esclarecimento, Secretário. Deputado Doutor Paulo Siufi, eu não estou propondo aqui acordo de leniência com a JBS. Eu só citei um exemplo que a regulamentação dessa lei prevê até acordo de leniência, porque nós temos mil e duzentas empresas incentivadas no Estado, algumas delas, dessas empresas poderiam fazer. Então, a lei dá essa possibilidade do Estado fazer, inclusive, acordo de leniência, mas no caso da JBS também sou contra, eu acho que o Estado tem que adotar outras medidas para reaver esse recurso.

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Apenas para esclarecer, Deputado, aqui me informa o Doutor Felipe, que a Controladoria do Estado já encaminhou uma minuta de lei, está de posse dele, para que possa estar elaborando isso aí e, evidentemente, encaminhando como um projeto para esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Corrêa) - Senhor Secretário, não tendo mais perguntas ou questionamentos eu quero agradecer a presença de Vossa Excelência, e Vossa Excelência se coloca à vontade. Nós vamos fazer hoje o despacho da CPI e Vossa Excelência é o nosso convidado a participar, mas daqui para frente nós vamos fazer os despachos da CPI.

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Obrigado, Senhor Presidente, se o Senhor me permite, eu me retiro e agradeço aqui, nesse momento, a oportunidade também de estar contribuindo com esse valoroso trabalho que a CPI presta ao nosso Estado, e reiterar que estamos lá sempre à disposição. Eu sei que temos aqui o Antônio Carlos Horta de Almeida, esse grande profissional que contribui para a Secretaria de Fazenda há anos e com uma expertise que pode muito ainda estar colaborando. Tenham a certeza de que ele possa estar dirimindo ou contribuindo no que se refere às questões técnicas pertinentes a Secretaria de Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Corrêa) - Já transformamos o Horta em sítio.

O SR. MÁRCIO MONTEIRO - Agradecer a todos os Senhores Deputados, dizer que para mim foi uma honra poder estar aqui prestando esse esclarecimento e contribuindo com o trabalho de Vossas Excelências. Obrigado!